

EVOLUÇÃO URBANA E DEMOGRÁFICA

DO ENVELHECIMENTO EM BELO HORIZONTE

FREDERICO POLEY MARTINS FERREIRA

RESUMO *Este trabalho tem como tema a análise do processo de envelhecimento da população do município de Belo Horizonte e sua evolução no espaço urbano da cidade. Desse modo, são utilizadas as chamadas Unidades de Planejamento como subdivisões do município (em número de 81), nas quais são comparadas as diferentes proporções da população acima de sessenta anos, no município, em 1991, com a evolução da ocupação da cidade em diferentes anos.*

PALAVRAS-CHAVE *Envelhecimento; localização; evolução; Belo Horizonte.*

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, o Brasil tem passado por profundas mudanças em seu padrão demográfico, as quais ocorrem, principalmente, como consequência do declínio da fecundidade. Esse é um processo irreversível e não-conjuntural, que deve ser considerado a curto, médio e longo prazos.

As transformações na estrutura e na distribuição da população têm um impacto considerável nas demandas por serviços e na formulação de políticas públicas. Sendo o Brasil um país urbano, as cidades acabam refletindo de forma explícita todas essas transformações e, logicamente, seus efeitos.

As metrópoles brasileiras podem ser consideradas um *locus* privilegiado para a análise da transformação das variáveis demográficas e suas consequências no País e nos domicílios.

Assim, para se ter uma idéia, as oito maiores áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba), que apresentaram uma rápida expansão populacional durante as décadas de 1960 e 1970 passaram a ter, em conjunto, um crescimento anual abaixo da média nacional, especialmente a partir da década de 1980. Isso é o resultado da redução dos fluxos migratórios e do profundo controle da fecundidade que as mulheres, nessas áreas, passaram a exercer. Tal diminuição na taxa de crescimento populacional é ainda mais marcante quando se leva em conta apenas o município sede de cada uma dessas regiões metropolitanas.

A Tabela 1 dá um exemplo da rapidez com que essas mudanças estão ocorrendo, especialmente no que se refere ao padrão de formação de domicílios, em três grandes metrópoles: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Tabela 1 – Relação habitante/domicílio, 1970/96.

Cidade	Relação habitante/domicílio			
	1970	1980	1991	1996
Rio de Janeiro	4,5	3,9	3,5	3,2
São Paulo	4,7	4,0	3,7	3,4
Belo Horizonte	5,4	4,6	4,0	3,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 1996.

Uma das conseqüências dessas mudanças é que, no nível intra-urbano das grandes cidades, também são observadas novas transformações.

Historicamente, as cidades têm-se estruturado de forma a possuir um centro demograficamente populoso, bem equipado com infra-estrutura urbana, onde normalmente residiam as classes mais ricas e se localizavam os melhores serviços, e uma periferia ocupada por uma população de renda mais baixa, apresentando, além de densidades domiciliares elevadas, péssimas condições ambientais, sanitárias e habitacionais.

Em Belo Horizonte, semelhante configuração também é comum. O padrão de formação e localização das famílias deu-se a partir da construção dos domicílios mais abastados, especialmente dos funcionários públicos mais graduados, que se transferiram de Ouro Preto (antiga capital do Estado de Minas Gerais) para a área compreendida pelo atual centro urbano (área interna da avenida do Contorno), caracterizada como zona de ocupação dos domicílios unifamiliares. Ao mesmo tempo, as classes mais pobres de trabalhadores e os domicílios coletivos, que recebiam, especialmente, trabalhadores e migrantes pobres, localizavam-se na parte exterior da Avenida.

De acordo com o texto elaborado pela Plambel (1979, p.51):

Na perspectiva de organização da mudança de Capital, necessário se fazia a presença de um operariado qualificado, destinado aos futuros trabalhos de construção civil, sem o qual não se poderia concretizar a mudança.

Esses trabalhadores não se distinguem – a não ser pela profissão – dos migrantes rurais já encontrados. Foram instalados nas áreas próximas da zona urbana, apesar de serem consideradas então como rurais. Assiste-se, assim, a um processo de assimilação relativamente rápido dos “núcleos agrícolas” à zona suburbana da capital, o que confirma a hipótese do maior povoamento do que a produção de alimentos, oficialmente proclamada. Com efeito, o núcleo de Carlos Prates, situado na área próxima à Vila Operária – Barro Preto e Calafate, cujo processo de ocupação é simultâneo à construção da cidade e ao Prado Mineiro – nunca chegou a adquirir as características de núcleo agrícola, apesar de sua incorporação oficial à cidade só ocorrer em 1911.

No final do século XIX, o modelo urbanístico adotado na construção da nova capital condenava a existência de habitações coletivas na cidade, identificando os espaços estreitos e de alta densidade, característicos dessas habitações, como impeditivos de se desenvolver uma vida familiar saudável e equilibrada, condição essencial para o progresso civilizado da cidade. Além da definição das moradias que deveriam ocupar as partes mais nobres da urbe, os espaços públicos passam a ser reservados exclusivamente para a circulação, com calçadas largas, destinadas especialmente aos passeios a pé. Todas as formas de ocupação espacial que não correspondessem ao modelo de casa unifamiliar, isolada ao

máximo no lote, e à limpeza das ruas, eram rejeitadas. Esse padrão implicitamente rejeitava os diferentes arranjos familiares que fugissem à idéia de família nuclear patriarcal.

Nesse processo, as classes populares acabavam tornando-se duplamente segregadas – pelo padrão de convivência e pelos espaços que poderiam freqüentar e morar –, esse espaço, em Belo Horizonte, foi claramente definido, entre as partes internas e externas da avenida do Contorno.

No aspecto social, vale lembrar que Belo Horizonte recebeu um grande contingente de trabalhadores migrantes no período de sua construção, estando entre eles, além da própria mão-de-obra nacional, ex-escravos (a Abolição foi em 1888 e Belo Horizonte foi inaugurada apenas dez anos após, em 1898) e imigrantes, principalmente italianos, convocados para edificar a nova capital. Na maioria das vezes, essa população não seguia os padrões considerados desejados de formação familiar e domiciliar, residindo em cortiços e favelas, sendo provavelmente comum o amasiar-se (viver junto), mulheres chefiando domicílios etc.

Barreto (1996, p. 519), ao descrever as primeiras aglomerações pobres no período de fundação da cidade, observa que:

A Estação de Minas era um precário barracão de tábuas coberto de zinco, plantado no meio de uma esplanada que estava sendo preparada. Atrás dela, pelo alto da colina, acima da projetada Rua Sapucaí ia-se adensando uma povoação de cafuas e barracões de zinco, a que o povo denominava Favela ou Alto da Estação ou Morro da Estação. Denominava-se Favela por ser muito semelhante ao morro de igual nome existente no Rio de Janeiro.

Tal aquele bairro improvisado, onde morava a gente operária, existia igualmente o Leitão, outro aglomerado humano de gente pobre, em rumo oeste do arraial. Esses dois bairros mescladíssimos e turbulentos, sobretudo à noite e nos dias de descanso, puseram à prova de fogo a energia e o valor do subdelegado ...

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Nos anos que seguem à sua fundação, Belo Horizonte torna-se um importante núcleo ferroviário e, principalmente, um centro burocrático-administrativo. A população, nesses primeiros anos de existência, crescia lentamente, especialmente se se considera o crescimento das outras capitais provinciais. Isso era reforçado pelo pequeno parque industrial, cuja importância real no município era quase insignificante. Assim, a cidade tinha um crescimento lento, aglomerando uma pequena classe média, composta, principalmente, de funcionários públicos (Moraes, 1998, p. 63).

Belo Horizonte só passa a perceber um crescimento mais intenso durante as décadas de 1930-1940, quando se instala em suas imediações um parque industrial dinâmico (Cidade Industrial). A partir desse período, o núcleo urbano começa a receber sucessivas levas de imigrantes, que aceleram o crescimento populacional e modificam substancialmente sua estrutura demográfica e espacial. Por receber uma grande quantidade de imigrantes, normalmente em idade de trabalho, a estrutura etária da população era basicamente jovem.

Tal processo se estende até os anos 70, quando algumas mudanças demográficas se tornam mais visíveis, especialmente as relacionadas à queda da fecundidade e à diminuição das taxas migratórias para a cidade, o que tem como consequência a diminuição das taxas de crescimento e o início de um processo de envelhecimento populacional.

Assim, entre 1970 e 1980, o município cresceu a uma taxa de 3,73% ao ano; entre 1980 e 1991, a uma taxa de 1,20% ao ano; e, finalmente, entre 1991 e 1996, a uma taxa de 0,7% ao ano, alcançando, em 1996, uma população de, aproximadamente, 2.091.770 habitantes.

Como resultado desse processo, o padrão de formação e localização dos domicílios parece modificar-se. O número de domicílios na área central de Belo Horizonte tem caído sistematicamente. Além disso, a proporção de pessoas que moram sozinhas, de domicílios não-familiares e de domicílios com apenas um casal está também aumentando. Ao mesmo tempo, novas características físicas do domicílio parecem surgir, como, por exemplo, um aumento no número de domicílios com apenas um dormitório, o surgimento e construção de apart-hotéis e o aparecimento de condomínios fechados.

Analisando a Tabela 2, observa-se que o crescimento total do número de domicílios ocupados em Belo Horizonte foi, durante a década de 1980, de, aproximadamente 2,5% ao ano e, entre 1991 e 1996, de 2,2% ao ano. A população de Belo Horizonte cresceu a uma taxa de 1,2% ao ano e 0,7% no período 1991-1996, demonstrando um descompasso crescente no incremento das duas variáveis. É interessante notar que a consequência mais imediata desse fenômeno é a queda da relação habitante por domicílio, que mantém uma tendência crescente de queda à medida que o tempo passa.¹

Quando se analisa esse processo em nível interno do município, nota-se que, na década de 1980, as Regionais que apresentaram um maior crescimento, tanto em número de domicílios quanto em número de habitantes, foram Venda Nova, Barreiro e Norte, que se destacam, seguidas pelas Regionais Pampulha e Nordeste, indicando a direção da expansão da malha urbana do município durante a década. Por outro lado, as Regionais mais populosas, como a Centro-Sul, a Noroeste e a Leste, apresentaram uma desaceleração do seu crescimento, sendo que a Regional Leste chegou a ter perda líquida de população.

Entre 1991 e 1996, todas as demais Regionais apresentaram um declínio no seu ritmo de crescimento, e, além da Regional Leste, que continua perdendo população em um ritmo menos acelerado, a Regional Noroeste também passa a essa condição, nesse último período. Quanto à taxa de crescimento do número de domicílios, as Regionais Centro-Sul, Noroeste, Pampulha e Norte foram as que apresentaram uma taxa de crescimento superior entre 1991-1996. Em relação aos anos de 1980-1991, as demais diminuíram o ritmo de expansão do número de domicílios ocupados. Ao mesmo tempo, todas as Regionais apresentaram um decréscimo na relação habitante/domicílio, e, proporcionalmente, a Regional Centro-Sul foi a que apresentou um maior decréscimo nessa relação.

Um outro dado relevante é o desequilíbrio da composição demográfica por sexo (vide Tabela 3). Isso se deve, basicamente, à maior imigração feminina, bastante comum em todas as cidades de grande porte da América Latina. Analisando a razão de sexos por regional, observa-se que a Regional Centro-Sul é a que apresenta, em ambos os períodos analisados, a razão mais baixa, e a Regional Barreiro, a mais alta. Entre 1991 e 1996, constata-se que a razão de sexos aumentou (maior proporção de homens residindo) nas Regionais Centro-Sul, Oeste e Venda Nova, havendo uma diminuição nas demais, e, no município todo, a razão de sexo permaneceu praticamente a mesma, havendo um pequeno decréscimo.

A maior proporção de mulheres residentes, aliada a uma expectativa de vida maior que a masculina, caracterizam, num futuro próximo, que a população idosa de Belo Horizonte, principalmente nas idades mais avançadas, será basicamente feminina.

1 O município de Belo Horizonte está subdividido politicamente em nove Administrações Regionais e 81 unidades de planejamento (UPs). Essas divisões podem ser observadas nos mapas anexos.

Tabela 2 – Distribuição da população e dos domicílios ocupados de Belo Horizonte por Regional, 1980-1996.

Regional*	Domicílios			Tx/cresc.		População Res.			Tx/cresc.		Pop./Dom.	
	1980	1991	1996	80-91	91-96	1980	1991	1996	80-91	91-96	91	96
Barreiro	31,700	51,359	58,896	4.48	2.78	154,743	220,872	237,046	3.29	1.42	4.3	4.0
Centro-Sul	56,399	70,138	77,607	2.00	2.04	238,971	249,862	256,661	0.41	0.54	3.6	3.3
Leste	57,791	64,964	67,457	1.07	0.76	261,626	254,035	243,302	-0.27	-0.86	3.9	3.6
Nordeste	45,674	61,158	65,718	2.69	1.45	211,138	247,774	251,126	1.47	0.27	4.1	3.8
Noroeste	74,826	86,401	92,541	1.32	1.38	337,765	339,002	336,230	0.03	-0.16	3.9	3.6
Norte	23,288	35,860	44,516	4.00	4.42	114,585	150,877	175,604	2.53	3.08	4.2	3.9
Oeste	50,080	62,296	68,340	2.00	1.87	235,650	249,059	252,345	0.50	0.26	4.0	3.7
Pampulha	16,695	25,638	31,518	3.98	4.22	80,284	106,330	120,865	2.59	2.60	4.1	3.8
Venda Nova	26,849	45,497	54,345	4.91	3.62	133,730	198,442	218,192	3.65	1.92	4.4	4.0
Total	383,302	503,311	560,938	2.51	2.19	1,768,492	2,016,253	2,091,371	1.20	0.73	4.0	3.7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1980, 1991, 1996.

Tabela 3 – Razão de sexos por administrações regionais, 1991-1996.

Regional	1991	1996	Dif.
Barreiro	0.9721	0.9627	-0.0095
Centro-Sul	0.7917	0.8151	0.0234
Leste	0.8709	0.8634	-0.0075
Nordeste	0.9066	0.8981	-0.0085
Noroeste	0.8935	0.8895	-0.0040
Oeste	0.8939	0.8970	0.0031
Pampulha	0.9320	0.9217	-0.0103
Norte	0.9484	0.9442	-0.0043
Venda Nova	0.9493	0.9511	0.0017
Belo Horizonte	0.8986	0.8984	-0.0002

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, 1991 e 1996.

O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Ao se analisar o envelhecimento populacional, o primeiro fato que deve ser considerado é a definição de “idoso”. Normalmente, tal definição possui um grande componente subjetivo e é influenciada por vários fatores que abarcam, além do critério cronológico, o envelhecimento biológico, psicológico e social. Em geral, são considerados idosos, numa determinada sociedade, aqueles que, depois de terem passado pelas fases de crescimento e maturidade, entram numa etapa de alteração de seus papéis sociais, com diminuição de sua capacidade produtiva e relativa dependência para o desempenho de suas atividades diárias. Na dificuldade de avaliar a perda de autonomia pessoal e diante da necessidade de delimitar a população idosa, optou-se aqui pelo critério cronológico. Assim, de acordo com a Organização das Nações Unidas, são consideradas idosas as pessoas com sessenta anos ou mais, especificamente nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Ao se considerar o envelhecimento da população, nota-se que o indivíduo envelhece à medida que sua idade aumenta. Já uma população envelhece de acordo com o aumento da idade média do conjunto das pessoas que a compõe. Na realidade, pode-se considerar que a idade média da população aumenta quando aumenta sua proporção de idosos (Moreira, 1997, p.77).

O rápido processo de Transição Demográfica pode fornecer elementos importantes para a compreensão das mudanças na estrutura etária da população. Especificamente, as modificações da fecundidade desempenham um papel crucial no envelhecimento, tendo também a mortalidade e a migração participações importantes, porém secundárias.

Em Belo Horizonte, assim como no resto do País, observa-se uma rápida queda das taxas de fecundidade, iniciada por volta dos anos 60.

Para se ter uma idéia, a Taxa de Fecundidade Total do município, em 1980, situava-se em torno de 3,12 filhos por mulher. Em 1991, esta mesma taxa alcança o valor de 1,91 filho por mulher, abaixo, portanto, do nível de reposição da população.²

Mesmo não se calculando os efeitos da migração³ no processo de envelhecimento, a maior parte desse fenômeno pelo qual o município tem passado se deve à queda da fecundidade, sem dúvida.

Quanto aos impactos do aumento da esperança de vida no envelhecimento, em um primeiro momento, uma redução da mortalidade, especialmente nas populações de

2 Dados de fecundidade e migração calculados e gentilmente cedidos por André Brás Goelguer.

3 De acordo com estimativas indiretas, o saldo migratório de Belo Horizonte entre 1980 e 1990 foi de -106064, e entre 1991 e 1996 de -42128, respectivamente com uma Taxa Líquida de Migração de -0,50 e -0,39. Como, normalmente a migração é seletiva por idades (basicamente os jovens migram), esse fato também estaria contribuindo marginalmente para o envelhecimento de Belo Horizonte.

fecundidade mais alta, rejuvenesce a estrutura etária da população. Os ganhos na esperança de vida, nesse caso, são especialmente pela redução da mortalidade infantil, sem modificar a participação dos idosos. Assim, Moreira (1997, p. 80) observa que:

Fica claro, também que, dentro do espectro de níveis de fecundidade e mortalidade considerados como historicamente vivenciados pela humanidade, o processo de envelhecimento populacional, seja o mesmo definido pelo topo, pela base ou pela idade média da população, resulta quase que exclusivamente da queda da fecundidade. As mudanças nos níveis de mortalidade, dentro deste intervalo de níveis, têm apenas um impacto marginal sobre a estrutura etária.

Porém, quando os níveis de fecundidade já estão relativamente baixos e não existe folga para maiores quedas, o efeito do envelhecimento pela queda da mortalidade, especialmente das populações adultas, torna-se mais visível. Assim, é o aumento da sobrevivência da população idosa que determina o envelhecimento populacional. Tal fenômeno é característico de vários países desenvolvidos e parece ser determinante para o envelhecimento de Belo Horizonte, em um futuro próximo.

Analisando o envelhecimento brasileiro em nível regional, Bercovich (1992, p.41) sintetiza de forma interessante esse processo:

A distribuição espacial é produto da interação entre os componentes da dinâmica demográfica. A queda da fecundidade contribui para um aumento da participação relativa da população idosa, ocasionada pela diminuição da proporção de crianças. Ao se processar regionalmente com tempos e intensidades diferentes — como no caso do Brasil — aprofundam-se os diferenciais regionais das proporções de população idosa. As variações de mortalidade também afetam a proporção de idosos, mas, dependendo do padrão, podem influenciar em sentidos opostos. A migração, que é seletiva por faixa etária e sexo, afeta consideravelmente a estrutura etária regional, seja aumentando a proporção de idosos nas regiões de emigração e diminuindo-a nos centros de atração, seja alterando as razões de masculinidade das regiões envolvidas.

Em Belo Horizonte, a Tabela 4 fornece a evolução percentual da população com sessenta anos ou mais, bem como a diferença percentual entre os decênios até 1991 e o quinquênio 1991-1996.

Tabela 4 – Proporção de população maior de 60 anos em Belo Horizonte, 1970-1996.

Ano	(%) > 60 anos	Anos	Dif.
1996	8,29	1996-91	1,03
1991	7,26	1991-80	1,86
1980	5,40	1980-70	0,83
1970	4,57		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 1996.

Pode-se observar que, se entre as décadas de 1970 e 1980 houve um aumento de 0,83% na proporção da população maior de sessenta anos, entre 1980 e 1991 essa diferença passa para 1,83%. Já na metade da década de 1990, o crescimento foi de 1,03%

em relação a 1991. Isso demonstra que a população de Belo Horizonte envelhece em um ritmo crescente e acelerado.

Quando se analisa o processo de envelhecimento em nível interno do município, observa-se que ele não se dá de forma homogênea no território. Existem áreas, em Belo Horizonte, nas quais a estrutura etária de seus moradores é mais elevada que em outras.

A proporção da população com mais de 65 anos de idade por Regionais já fornece alguns elementos para essa análise (vide Tabela 5).

É importante salientar que, quando se analisam aspectos demográficos como a estrutura etária em diferentes subdivisões espaciais em nível intra-urbano, a migração, ou melhor dizendo, a mobilidade das famílias para diferentes domicílios em áreas e bairros distintos passa a ter um papel fundamental no envelhecimento populacional de uma área, além da própria queda da fecundidade.

Tabela 5 – Proporção de população maior de 65 anos por Regionais, 1991-1996.

Regional	(%)> 65 anos 1991 (a)	(%)> 65 anos 1996 (b)	Cresc. Relativo* (c)
Barreiro	2,70	3,39	25,56
Centro-Sul	7,67	8,71	13,56
Leste	5,02	6,83	36,06
Nordeste	4,38	5,25	19,86
Norte	3,23	3,87	19,81
Noroeste	4,71	6,43	36,52
Oeste	4,63	5,63	21,60
Pampulha	3,72	4,65	25,00
Venda Nova	2,92	3,57	22,26

Fonte: SMPL, 1999.

*c = (b - a)/a

Assim, analisando os anos de 1991 e 1996, observa-se um aumento da proporção de idosos em todas as Regionais. A Regional Centro-Sul, tanto em 1991 como em 1996, foi a que apresentou a maior proporção de população acima de 65 anos, seguida pelas Regionais Leste e Noroeste, que mantêm suas posições nas duas datas analisadas. A Regional Leste foi a que teve maior aumento de suas taxas, 1,81% a mais em 1996 em relação a 1991, seguida pelas Regionais Noroeste, Centro-Sul e Pampulha. Quando se analisa o aumento relativo da proporção de idosos (representado pela coluna c), pode-se observar algumas tendências. A Regional Centro-Sul, que abriga a maior proporção de idosos, foi, por outro lado, a que teve, relativamente, o menor crescimento de sua proporção de idosos. As Regionais Leste e Noroeste, por sua vez, são as áreas cuja proporção de idosos tem aumentado mais rapidamente. Áreas como Venda Nova, Barreiro e Pampulha (normalmente “Regionais” de ocupação populacional mais recente), mesmo apresentando as menores proporções de idosos da cidade, têm um ritmo de crescimento dessa proporção superior a Regionais como: Norte, Nordeste e Oeste. Parece haver, na área do município, uma tendência à homogeneização das proporções de pessoas idosas residentes. Percebe-se, então, que áreas com menores proporções de idosos possuem um ritmo de envelhecimento mais intenso, e áreas com maiores proporções, um ritmo menor.

Para os domicílios, uma das conseqüências mais imediatas do envelhecimento seria a mudança na proporção dos diferentes arranjos domiciliares, especialmente aqueles com menor número de moradores (por exemplo, aumento dos domicílios unipessoais), domicílios chefiados por mulheres idosas etc.

No caso de envelhecimento por aumento da esperança de vida (o chamado envelhecimento pelo topo), considera-se que, numa mesma família, podem conviver três gerações ou mais, podendo haver um aumento do número dos chamados *domicílios estendidos*. Por outro lado, o aumento na expectativa de vida pode alongar a duração dos casamentos, estendendo também o tempo de um potencial conflito marital com a ruptura de casais.

HIPÓTESES QUANTO À LOCALIZAÇÃO

É interessante observar que exatamente as áreas de ocupação mais antiga são aquelas que possuem uma maior proporção de moradores idosos, como é o caso da Região Centro-Sul. Áreas de ocupação mais recente, como Venda Nova, Barreiro e Norte, apresentam uma menor percentagem de pessoas mais velhas. Esse processo pode ser mais bem verificado nos mapas anexos (vide Mapas Evolução Urbana e Distribuição da População Idosa). O número de domicílios com pessoas idosas decresce do centro da cidade (normalmente área mais antiga) para a periferia ou áreas de ocupação mais recente.

Por outro lado, comparando-se as distribuições das populações idosas e da população menor de cinco anos, dentro do município de Belo Horizonte (vide Mapas), observa-se que as áreas centrais, que concentram a maior percentagem de pessoas idosas, são também as áreas com a menor proporção de crianças menores de cinco anos. Isso indica, provavelmente, a existência de um “gradiente” de complexidade⁴ entre os domicílios, que ocorre dos mais simples, na área da cidade, mais central, aos mais complexos nas áreas mais distantes. Essa é uma hipótese a ser investigada.

Uma outra hipótese, que também poderia ser aventada, seria o fato de que as famílias envelhecem com seus domicílios e, assim, as áreas de ocupação mais antiga também possuiriam, relativamente, uma maior percentagem de pessoas idosas.

Lee (1994) observa que devido ao fato de uma população de uma determinada região ou área ser mais velha, ser dona do imóvel e ser moradora antiga, as chances de que elas se mudem para um novo endereço são menores do que em áreas cujos moradores não apresentam as mesmas características.

Por outro lado, Rossi (1955) enfatiza os fatores relacionados a mudanças no ciclo de vida como os determinantes da decisão de se mudar. Nessa perspectiva, mudanças no ciclo de vida, no tamanho, na composição por idades e no nível socioeconômico dos domicílios criam problemas com a atual residência, influenciando a demanda por diferentes tipos de moradia e levando à mudança.

Nesse sentido, as taxas de mobilidade alcançam seu máximo nos primeiros anos da idade adulta. A procura por emprego, o casamento e a transição nos estudos engendram mudanças nas residências. Por outro lado, a presença de crianças no domicílio tende a deter a mobilidade. Provavelmente, as crianças fazem que as famílias se mantenham em suas casas e na sua vizinhança.

Quanto às mudanças devido ao aumento do número de pessoas no domicílio, Doling (1976), analisando as estatísticas de moradores nas cidades norte-americanas, observa que o típico casal recém-unido demanda, inicialmente, uma pequena residência em regiões

⁴ Por nível de complexidade domiciliar entende-se a maior diversidade de pessoas morando no mesmo domicílio. Assim, um domicílio unipessoal é “menos” complexo do que um que abriga somente um casal, que é menos complexo do que um domicílio composto por casal e filhos e um parente etc.

5 Ao contrário dos subúrbios brasileiros, essas áreas nas cidades americanas são ocupadas pelas classes médias e altas, que demandam grandes espaços para suas residências.

de alta densidade, próximas ao centro da cidade. As análises estatísticas, nas quais tal afirmação se baseou, também mostram, normalmente, que, com a idade e o aumento do tamanho da família, aumenta a demanda por espaço. Assim, essas famílias acabam por demandar residências nos subúrbios⁵ (mais espaço). Quando o tamanho da família diminui e os filhos se tornam adultos e saem das casas dos pais, haveria, na maioria das vezes, um retorno às pequenas habitações, junto a altas densidades e próximas ao centro urbano. Nesse caso, o acesso aos diferentes tipos de serviços, como proximidade de restaurantes, farmácias, serviços médicos e lazer, poderia ser um importante fator para a escolha da residência.

No caso específico dos idosos, Mutchler e Burr (1991) observam que a escolha de onde e com quem viver pode ser complexa. Por exemplo, quando uma mulher se torna idosa, suas obrigações na família, provavelmente, são alteradas pela perda de seu marido ou pela saída dos filhos. Tais mudanças são imediatamente percebidas em seus arranjos de vida. Mesmo se ela não se move fisicamente para outra casa, a composição do domicílio à sua volta se modifica. Por outro lado, ela pode deparar-se com novas restrições, especialmente econômicas, que fazem que certos tipos de arranjos domiciliares sejam mais raros ou mais comuns, levando até mesmo à mudança de moradia. Semelhantes características e recursos, em combinação, ajudam a determinar as chances de se manter um domicílio unipessoal, ceder a chefia do domicílio, mudar de casa ou entrar em uma instituição, como um asilo.

No entanto, é possível que o aumento da riqueza domiciliar também esteja correlacionado com estágios do ciclo de vida. No caso das famílias, pode ser que esse fator assumira uma grande importância na explicação das relações de mudança de domicílios. Assim, se as famílias, nos sucessivos estágios do ciclo de vida, ocupam grandes casas, independentemente de sua localização e, se nos últimos estágios do ciclo de vida, não se observa um retorno a casas menores, isso pode ser reflexo do aumento do poder de compra. Seria um caso de aumento da riqueza com o envelhecimento, permitindo a aquisição de residências maiores e melhores.

Em Belo Horizonte, a análise indica ser pouco provável que os idosos de maior renda estejam se mudando para casas maiores, mais afastadas do centro urbano, no caso. Em certas áreas da cidade, especialmente as adjacentes ao centro (com grande acessibilidade e oferta de serviços modernos), tem-se observado a construção de prédios de apartamentos de luxo, *flats* e apart-hotéis voltados especialmente para pequenas famílias ou pessoas que moram sozinhas e de alta renda (é o caso das regiões de Lourdes, Barro Preto e Savassi, que apresentam elevadas proporções de idosos).

Por outro lado, o que parece ocorrer quanto aos reflexos das mudanças características do ciclo de vida no espaço é que as áreas mais antigas abrigariam famílias cujo ciclo de vida se encontra em estágios mais avançados (filhos já saíram de casa, morte de um dos cônjuges, presença de chefes idosos etc). Quando o ciclo familiar chega ao fim, especialmente nas áreas mais antigas, parece ocorrer, além da dissolução da família, a dissolução da unidade domiciliar com a mudança de seu uso.⁶ Seria esse o caso da área mais central de Belo Horizonte, que nos últimos anos vem perdendo moradores (PBH, 1995).

6 Muitas casas antigas no centro de Belo Horizonte têm cedido lugar a grandes prédios de uso comercial e de serviços. Por outro lado, prédios residenciais mais antigos no centro têm-se deteriorado ou mudado de uso.

CONCLUSÕES

Este trabalho procurou reunir aspectos relativos às mudanças demográficas com elementos da evolução da ocupação do espaço urbano em Belo Horizonte.

Sem dúvida, um processo de síntese não é tarefa simples, especialmente no que se refere aos marcos teóricos, em que boa parte das formulações foram desenvolvidas no estrangeiro e sem a devida análise crítica do contexto brasileiro. No entanto, algumas observações já podem ser feitas quanto ao desenvolvimento conjunto da análise intra-urbana e da demografia.

Ao contrário das análises que levam em consideração unidades espaciais mais agregadas, como regiões, Estados ou mesmo países, baseadas fundamentalmente no agregado de indivíduos, parece que a unidade de análise, por excelência, no nível urbano, é o domicílio. Nesse sentido, o domicílio, além de ser uma expressão física da satisfação de algumas necessidades dos indivíduos, também indica carências, características que possuem reflexos diretos em sua localização espacial (o endereço).

Um outro aspecto é a falta de instrumentos para se avaliar o impacto das mudanças demográficas nos domicílios. Normalmente, as técnicas disponíveis privilegiam a mensuração e a análise da modificação de atributos do indivíduo (como, por exemplo, a fecundidade, a esperança de vida, o *status* migratório etc.), não se considerando as mudanças da família/domicílio de forma geral. Por isso, como no caso do processo de envelhecimento, foi necessário fazer uma caracterização demográfica genérica dos indivíduos para, posteriormente, empreender-se uma análise do domicílio, o que de uma maneira ou de outra, representa o *locus* privilegiado de decisão sobre as distintas localizações dentro da cidade.

Frederico Poley Martins Ferreira, demógrafo, integra o Observatório de Políticas Públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
E-mail: poley@cedeplar.ufmg.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, A. *Belo Horizonte – Memória histórica e descritiva, história média*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Seplan, 1996.
- BERCOVICH, A. M. “Características regionais da população idosa no Brasil”. *Seminário Nacional de Especialistas Multidisciplinares em Terceira Idade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1992.
- CARVALHO, J. A. M., SAWYER, D., RODRIGUES, R. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1994.
- DOLING, J. “The family life cycle and housing choice”. *Urban Studies*, 13, 55-58, 1976.
- IBGE. *Censos Demográficos* 1970, 1980, 1991, 1996. Rio de Janeiro.
- LEE, B. A., OROPESA, R. S., KANAN, J. W. “Neighborhood context and residential mobility”. *Demography*, vol. 31, no. 2, may, 1994.
- MORAES, J. G. V. de. *Cidade e cultura urbana na primeira república*. São Paulo: Atual, 1998.
- MOREIRA, M. de M. *Envelhecimento da população brasileira*. Belo Horizonte, 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- MUTCHIER, J. E., BURR, J. “A longitudinal analysis of household and nonhousehold living arrangements in later life”. *Demography*, vol. 28, no. 3, august, 1991.
- PLAMBEL/SEPLAN. *O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1887 – 1970*. Belo Horizonte, Secretaria Estadual de Planejamento de Minas Gerais, 1979.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Plano Diretor – estudos básicos*. Belo Horizonte, 1995.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei – legislação, política urbana e territorial na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Nobel/Fapesp, 1997.

ROSSI, P. H. *Why families move*. Beverly Hill Sage, 1955.

SMPL. “Belo Horizonte, uma breve história”. Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1999.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

A B S T R A C T *This paper analyses the ageing process of the population of Belo Horizonte. In assessing past trends, this study compares the proportion of over-60s in 1991 with the urban development process of the city in different years. The study uses the division of the city area into “Planning Units” for data processing purposes.*

K E Y W O R D S *Ageing; location; evolution; Belo Horizonte.*